

TERMO DE COMPROMISSO Nº 291/2022

Origem: Processo GAIA nº 10106201749413; AIA nº: 9232/D

O **INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA**, pessoa jurídica de direito público, com sede e foro na Capital do Estado de Santa Catarina, com jurisdição em todo o território catarinense, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.256.545/0001-90, sito a Tv Ilma Rosa De Nês, 91 D, Centro, Chapecó (SC), neste ato representada pelo seu Autoridade Ambiental Fiscalizadora Lucimar Savaris, brasileira, casada, portadora do RG nº 1707510 SSP/SC e CPF/MF nº 518.083.589-53, residente e domiciliada no Município de Chapecó (SC) doravante denominado IMA e, de outro lado, **Bugio Agropecuária Ltda** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.996.521/0001-05, com residência na cidade de Chapecó³, nos termos do art. 87 da Lei 14.675/2009 – Código Estadual do Meio Ambiente, firmam o presente TERMO DE COMPROMISSO fundado nas cláusulas que seguem.

CONSIDERANDO a ação fiscalizatória ocorrida em 27/11/2017, que resultou no Auto de Infração número 9232-D, em face de Bugio Agropecuária Ltda, pelos seguintes fatos:

Descrição do AIA 9232-D: EM ANÁLISE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL IND/56976/CRO E EM VISTORIA REALIZADA FOI CONSTATADA ALTERAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTE SANITÁRIO E ALTERAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS INDUSTRIAIS EM DESACORDO COM OS PROJETOS APRESENTADOS.

OPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS INDUSTRIAIS EM DESACORDO COM AS NORMAS E PROJETOS APRESENTADOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

CRITÉRIOS PARA VALORAÇÃO:

MOTIVAÇÃO PARA CONDUTA: INTENCIONAL;

EFEITOS PARA O MEIO AMBIENTE: POTENCIAL;

EFEITOS PARA SAÚDE PÚBLICA: POTENCIAL.

CONSIDERANDO que foi apresentada pelo autuado, em 18/10/2021 sob protocolo SGP-e IMA IMA 238/2021, proposta para firmar o presente TERMO DE COMPROMISSO;

CONSIDERANDO que a compromissária estava, na época, desempenhando suas atividades em desacordo com a legislação ambiental;

CONSIDERANDO a função sócio-ambiental da propriedade prevista nos artigos 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182, § 2º, 186, inciso II e 225, todos da Constituição da República;

CONSIDERANDO a relevância econômica e social da atividade desenvolvida pela compromissária em sua região de atuação;

CONSIDERANDO os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e, uma das

finalidades do Instituto do Meio Ambiente – IMA que buscam a compatibilização da preservação ambiental com o desenvolvimento econômico;

CONSIDERANDO tratar-se o IMA de autarquia pública estadual, responsável pelo licenciamento de atividades potencialmente poluidoras e pela proteção e conservação do Meio Ambiente;

CONSIDERANDO que o presente termo de compromisso tem por objetivo a regularização do Auto de Infração Ambiental;

CONSIDERANDO que em caso de descumprimento do Compromisso de Ajustamento, pela compromissária, caberá o ajuizamento de ação de execução para busca da satisfação das obrigações previstas no Termo;

CONSIDERANDO, enfim, as funções institucionais do IMA, dentre as quais se encontra a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, podendo subscrever, para tanto, com os interessados, Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, conforme previsto no art. § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85 e na Lei Estadual nº 14.675/09.

CONSIDERANDO QUE: Empresa BUGIO AGROPECUARIA LTDA
CNPJ: 82996521000105, foi autuado em razão de operação do sistema de tratamento de efluentes líquidos industriais em desacordo com as normas e projetos apresentados para o licenciamento ambiental .

CONSIDERANDO QUE: durante a vistoria foi constatada:

1. A Alteração do sistema de tratamento de efluentes sem anuência e sem ciência do órgão ambiental, caracterizado pela instalação de novo sistema de tratamento de efluentes sanitários com saída final lançada na entrada do sistema de tratamento de efluentes líquidos industriais.
2. A Operação do sistema de tratamento de efluentes industriais em desacordo com as normas e projetos apresentados, caracterizado pelo desvio de efluentes da segunda para a terceira lagoa do referido sistema, em local inadequado (saída de efluente próxima da entrada) prejudicando a eficiência geral do processo.

CONSIDERANDO QUE: que o autuado esta providenciando a adequação e regularização do empreendimento, a vista de obtenção da LAI 8519/2019 e 1375/2021, cujo escopo é a ampliação da indústria e reestruturação do sistema de tratamento de efluentes líquidos industriais.

CONSIDERANDO que em audiência de conciliação o autuado aceitou a conciliação com adoção de medidas para fazer cessar e corrigir a degradação ambiental, através de termo de compromisso, conforme os art. 119 a 122 da Portaria conjunta IMA/CPMA 143/2019.

RESOLVEM

Celebrar o presente Termo de Compromisso mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objetivo a regularização da atividade da compromissária e melhoramento da viabilidade ambiental de seu empreendimento, através de ações e procedimentos que resultem na diminuição e/ou reparação dos danos causados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

I – DO IMA:

- a) Orientar e supervisionar a execução da ação do objeto deste TERMO;
- b) Suspender a penalidade aplicada, com a assinatura deste Termo de Compromisso.

II – DA COMPROMISSÁRIA:

- a) Fazer cessar, corrigir e/ou recuperar o dano ambiental, conforme o caso, apresentando projeto a ser aprovado pelo IMA, a saber: Adequação e adequação e regularização do empreendimento, a vista de obtenção da LAI 8519/2019 e 1375/2021, cujo escopo é a ampliação da indústria e reestruturação do sistema de tratamento de efluentes líquidos industriais
- b) Efetuar pagamento da Guia DARE, na proporção de 10% (dez por cento) do valor de multa fixado, com valores atualizados (quando aplicável), perfazendo o valor de R\$ 4.600,00;
- c) A compromissária expressamente renuncia o direito de recorrer administrativamente, vigorando os efeitos da renúncia mesmo no caso de rescisão do presente Termo de Compromisso.
- d) Executar fielmente o projeto de adequação e regularização do sistema de tratamentos de efluentes industriais de acordo com a LAI 1375/2021, cujo escopo é a ampliação da indústria e reestruturação do sistema de tratamento de efluentes líquidos industriais.
- e) Manter o licenciamento ambiental em dia e cumprir todas as condicionantes da licença e em especial aos mecanismos de controle ambiental buscando a máxima eficiência do sistema de tratamento.
- f) apresentar em trinta dias da assinatura do presente termo Relatório detalhado das melhorias realizadas com levantamento fotográfico do local junto com cópia da LAO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MULTA/CONVERSÃO

- a) Será gerado boleto no valor de 10% (dez por cento) do valor indicado ao Auto de Infração Ambiental, conforme alínea b), da Cláusula Segunda, Item II, nos termos do que dispõe o Art. 87 da Lei nº 14.675/2009, apensado a este TERMO logo após a assinatura do presente.
- b) O compromissado deverá efetuar o pagamento do referido boleto bancário no prazo de 10 (dez) dias contados da data de expedição do boleto, além dos demais compromissos estabelecidos neste TERMO.
- c) A compromissária deverá comprovar o recolhimento do compromisso estabelecidos na alínea b), da Cláusula Segunda, Item II, no prazo de 05 (cinco) dias contados do pagamento do boleto, via protocolo digital SGP-e.

CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES

- a) No caso de rescisão, ou na hipótese do inadimplemento do pagamento da compensação

ambiental, as licenças ambientais emitidas serão automaticamente suspensas.

b) Da inadimplência parcial ou total de alguma das cláusulas deste Termo de Compromisso será aplicado multa diária no valor de R\$ 2.300,00 incidente a partir do término do prazo assinado sem o devido cumprimento.

c) O Compromissário expressamente renuncia a defesa ou recurso administrativo em relação à compensação ambiental devida, bem como a interposição de medida ou ação judicial de qualquer espécie, em face das cláusulas estabelecidas no presente TERMO, bem como, em relação às penas decorrentes da inadimplência, continuando os efeitos da renúncia vigorando mesmo no caso de rescisão.

d) O IMA poderá suspender os efeitos do presente TERMO em caso fortuito, força maior ou por determinação judicial.

e) A celebração do presente Termo de Compromisso não impede a aplicação de quaisquer sanções administrativas, civis, penais e judiciais frente a futuro descumprimento pela Compromissária das normas ambientais vigentes.

f) No caso de rescisão, ou na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar, corrigir a degradação ambiental e/ou regularizar a atividade, por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator, o valor da multa atualizada monetariamente deverá ser pago integralmente pela compromissária.

CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

a) O presente termo entra em vigor na data da sua assinatura e terá validade de 6 (seis) meses.

b) Sob pena de ineficácia, a Compromissária deverá publicar no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a homologação do presente, Extrato, conforme modelo fornecido pelo IMA, às expensas da Compromissária.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Eventuais litígios oriundos dos termos do presente instrumento serão dirimidos no Foro da Comarca da Capital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiados que seja.

O IMA não arcará com qualquer ônus financeiro decorrente da assinatura do presente Termo de Compromisso, nem poderá ser responsabilizada na hipótese de inadimplência pelo compromissado.

Fica dispensada a publicação em diário Oficial do Estado nos termos do art . 120. inc. IX da Portaria conjunto IMA/CPMA 143/2019 por se tratar de infração de pequeno potencial ofensivo e de infrator de poucas condições econômicas, será feita a publicação do extrato no mural do órgão fiscalizador e no site oficial do órgão na rede mundial de computadores.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 01 (uma) via. a qual após a assinatura será digitalizada e anexada ao processo, para que produzam, entre si, os legítimos efeitos de direito.

Chapecó, 22 de dezembro de 2022

Lucimar Savaris
Autoridade Ambiental Fiscalizadora

Bugio Agropecuária Ltda
CNPJ: 82.996.521/0001-05

Testemunha 01: _____
Nome:
RG:

Testemunha 02: _____
Nome:
RG:

Modelo de Publicação do Extrato do Termo de Compromisso no Diário Oficial do Estado

Extrato do Termo de Compromisso nº. 291/2022 - IMA Bugio Agropecuária Ltda, CNPJ: 82.996.521/0001-05, informa que celebrou Termo de Compromisso com o Instituto do Meio Ambiente – IMA, em 22 de dezembro de 2022, tendo por objeto melhoria na qualidade ambiental, com a conversão de parte da multa aplicadas em a) Fazer cessar, corrigir e/ou recuperar o Dano Ambiental, conforme o caso, apresentando projeto a ser aprovado pelo IMA, caso necessário; b) Efetuar o pagamento da DARE no valor de 10% da multa fixada, com valores atualizados destinados ao FEPEMA, perfazendo R\$ null; c) Efetuar o depósito em conta vinculada e específica, 10% do valor fixado, no prazo de 10 dias, obedecendo aos critérios da Portaria IMA 153/2019, perfazendo o valor de R\$ 4.600,00; d) Efetuar o depósito de 10% do valor fixado para o Fundo de Restituição de Bens Lesados no prazo de 10 dias, perfazendo o valor de R\$ null; Vigência: 6 (seis) meses meses.